



CLIPPING E CURADORIA DE NOTÍCIAS
23 e 24/12/2021

ÍNDICE

1. RELATÓRIO
2. Cantata Brincante celebra cultura popular em homenagem à reabertura do Teatro Alberto Maranhão
3. Cantata Brincante celebra cultura popular em homenagem à reabertura do Teatro Alberto Maranhão
4. Sesc promove show com artistas potiguares na programação de reabertura do Teatro Alberto Maranhão
5. Fecomércio RN exalta aprovação do novo Plano Diretor de Natal
6. Fecomércio RN exalta aprovação do novo Plano Diretor de Natal
7. Restaurante Navarro apresenta novo cardápio em evento concorrido
8. 'Vamos sancionar o mais breve possível', afirma Álvaro Dias
9. 'Vamos sancionar o mais breve possível', afirma Álvaro Dias

NOTÍCIAS DE INTERESSE

10. RN abre 3,2 mil vagas de emprego em novembro
11. Comércio gerou R\$ 6 bi com ICMS
12. Inbra abre assentamentos para obras de transportes, energia e mineração
13. Em reação ao governo, auditores da Receita aprovam 'operação padrão'
14. Prévia da inflação vai a 10,42% no ano, maior alta desde 2015
15. Desoneração da folha fica sem previsão no Orçamento de 2022
16. Elite dos servidores reage a aumento para policiais e ameaça decretar greve
17. Juízes brigam por gratificações, e Justiça do Trabalho diz que não pagará nenhum centavo
18. Brasil abre 324 mil vagas formais em novembro, 13% menos do que há um ano

19. GRÁFICOS

RELATÓRIO

Em mais uma noite de apresentações, artistas potiguares sobem ao palco do Teatro Alberto Maranhão (TAM) para celebrar a cultura popular e a vida em Cantata Brincante, uma realização do Sistema **Fecomércio RN**, por meio do **Sesc**, que conta com shows musicais, teatro, intervenções circenses e literárias.

A Federação do Comércio de bens, Serviços e Turismo (**Fecomércio RN**) se orgulha de ter participado e contribuído com o amplo, transparente e democrático processo, liderado pela Prefeitura de Natal, que originou o novo Plano Diretor da cidade.

O **restaurante Navarro**, um dos mais bonitos restaurantes da Via Costeira, em Natal, apresentou a imprensa e as autoridades do Estado o seu novo cardápio para o verão 2022. O evento foi muito concorrido, realizado no dia 18 de novembro, e juntou em uma mesma mesa a Governadora Fátima Bezerra, o prefeito Álvaro Dias e o presidente da Federação do Comércio RN (**Fecomércio RN**), Marcelo Queiroz.

O prefeito de Natal, Álvaro Dias, não quer perder tempo para a sanção no novo Plano Diretor de Natal (PDN). Ele afirma que o projeto de revisão do PDN vai ser sancionado tão logo a Câmara Municipal envie a Prefeitura.

O Rio Grande do Norte fechou o mês de novembro com saldo positivo de 3-234 novos postos de trabalhos criados, segundo dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) divulgados ontem (23) pelo Ministério do Trabalho e Previdência.

A arrecadação de impostos da atividade comercial acumulou em novembro um montante de R\$6,2 bilhões no Rio Grande do Norte em função do recolhimento do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços)

Depois de fechar acordo com a canadense Bele Sun para abrir espaço à exploração de ouro dentro de uma área de assentamento agrário no Pará, o Inbra decidiu ampliar esse tipo de parceria para todo o Brasil, e não apenas com projetos de mineração, mas também de transportes e energia.

Em reação ao governo, auditores da Receita Federal decidiram ontem paralisar parte das suas atividades em todo o País e adotar a chamada ‘operação padrão’ nos aeroportos e demais alfândegas do país.

A previsão da inflação oficial no País desacelerou de 1,17% em novembro para 0,78% em dezembro, mas encerrou o ano ainda no patamar de dois dígitos. Segundo o IBGE, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) acumulou uma elevação de 10,42% em 2021, maior taxa para um fechamento de ano desde 2015.

O Congresso deixou de incluir a desoneração da folha salarial para 17 setores ao aprovar o Orçamento com uma série de verbas de interesse eleitoral em 2022. A medida consiste em trocar os tributos sobre os salários dos empregados por uma alíquota sobre o faturamento.

Servidores federais insatisfeitos com a previsão de reajuste salarial apenas para policiais em 2022 ameaçam deflagrar uma greve tão grande quanto as promovidas em 2012 durante o governo Dilma Rousseff (PT). Magistrados e a cúpula da Justiça do Trabalho travam uma batalha em torno de um bônus. Juízes querem receber benefícios atrasados. O CSJT (Conselho Superior da Justiça do Trabalho), porém, nega o pagamento.

O país registrou a criação de 324,1 mil postos de trabalho com carteira assinada em novembro, apontam dados divulgados ontem (23) pelo Ministério do Trabalho e Previdência. O saldo é 13% menor do que o registrado um ano atrás.

Cantata Brincante celebra cultura popular em homenagem à reabertura do Teatro Alberto Maranhão

| | |
|--------------------|---|
| Link | https://www.portaldatropical.com.br/news/cantata-brincante-celebra-cultura-popular-em-homenagem-a-reabertura-do-teatro-alberto-maranhao |
| Data da publicação | 22/12/2021 |
| Veículo | Portal da Tropical |
| Classificação | Positivo |

Cantata Brincante celebra cultura popular em homenagem à reabertura do Teatro Alberto Maranhão

Redação/Portal da Tropical

22/12/2021 09:25 - Atualizado em: 22/12/2021 09:30



Em mais uma noite de apresentações, artistas potiguares subiram ao palco do Teatro Alberto Maranhão (TAM) para celebrar a cultura popular e a vida em Cantata Brincante, uma realização do Sistema Fecomércio RN, por meio do Sesc, que conta com shows musicais, teatro, intervenções circenses e literárias.

Conduzida pela dupla de atores Titina Medeiros e Caio Padilha, a Cantata Brincante faz uma homenagem à reabertura do TAM com a entrega de uma placa que foi descerrada pela governadora Fátima Bezerra e pelo presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz.

O evento contou com intervenções circenses dos palhaços Piruá e Gilsinho (Circo Grock) e os malabares da Tropa Trupe, apresentação da Nação Zambêracatu, cordel com os jovens Davi Lima (Bom Jesus) e Clara Bezerra (Carnaúba dos Dantas), teatro com a Cia. Pão Doce (Mossoró), Coral infantil da UFRN e Coral Canto do Povo.

“É com muita alegria que eu tenho pisado nesse palco nos últimos dias. Primeiro pela reabertura do Teatro Alberto Maranhão que o Governo do Estado devolve à população do Rio Grande do Norte, após seis anos de portas fechadas. E, segundo, minha alegria se manifesta por poder participar de eventos como esse. O Governo do Estado e a Fecomércio têm trabalhado em parceria buscando o desenvolvimento social, econômico e cultural do nosso RN”, ressaltou a governadora Fátima Bezerra.

“Com sua história centenária, o teatro Alberto Maranhão é um verdadeiro símbolo da cultura potiguar. É um daqueles elementos que nos diferenciam e, por isso, quero parabenizar o Governo do Estado na pessoa da governadora Fátima Bezerra”, ressaltou o presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz.

Encerraram a Cantata Brincante as apresentações de Khystal, Sérgio Groove, Dudu Galvão, Sâmela Ramos, Sueldo Soares, Daniela Fernandes e Pedro Mendes, Banda Base, Camerata de Cordas e Quarteto de Trombones do RN.

Estiveram presentes ao espetáculo o presidente da Fundação José Augusto (FJA), Crispiniano Neto; o diretor do TAM, Ronaldo Costa; a secretária estadual de Turismo (Setur), Ana Maria Costa; o secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sedec), Jaime Calado; e o diretor da FIERN, Marcelo Rosado.

Restauração do TAM

Após 6 anos fechado, o Teatro Alberto Maranhão reabre as portas para o público, totalmente restaurado pelo Governo do Estado, num investimento de R\$ 2,5 milhões, viabilizados com empréstimo junto ao Banco Mundial. Um Patrimônio Histórico do Rio Grande do Norte que tem mais de 100 anos e é considerado um dos mais belos teatros públicos do Brasil. A programação comemorativa de reabertura segue até o dia 23 de dezembro.

22/12 - (Quarta-19h)

Quarta da Dança com a Cia de Dança do Teatro Alberto Maranhão (CDTAM) e grupos de dança, bailarinos e dançarinos convidados

23/12 – (Quinta-19h)

“O Empresário”, ópera cômica de W.A. Mozart com a Cia Lyricus (Mossoró)

Cantata Brincante celebra cultura popular em homenagem à reabertura do Teatro Alberto Maranhão

| | |
|--------------------|---|
| Link | https://pensenumanoticia.com.br/cantata-brincante-celebra-cultura-popular-em-homenagem-a-reabertura-do-tam/ |
| Data da publicação | 22/12/2021 |
| Veículo | Pense Numa Notícia |
| Classificação | Positivo |

22

Por Redação Destaque, Diversão e Arte Postado às 08:00h

dez

Patrimônio Histórico do estado, teatro foi reaberto ao público após Governo do RN investir R\$ 2,5 milhões na restauração do equipamento



FOTO: Raiane Miranda/Assecom-RN

Em mais uma noite de apresentações, artistas potiguares sobem ao palco do Teatro Alberto Maranhão (TAM) para celebrar a cultura popular e a vida em Cantata Brincante, uma realização do Sistema Fecomércio RN, por meio do Sesc, que conta com shows musicais, teatro, intervenções circenses e literárias.

"É com muita alegria que eu tenho pisado nesse palco nos últimos dias. Primeiro pela reabertura do Teatro Alberto Maranhão que o Governo do Estado devolve à população do Rio Grande do Norte, após seis anos de portas fechadas. E, segundo, minha alegria se manifesta por poder participar de eventos como esse. O Governo do Estado e a Fecomércio têm trabalhado em parceria buscando o desenvolvimento social, econômico e cultural do nosso RN", ressaltou a governadora Fátima Bezerra, ovacionada pela plateia que lotou o teatro.

Conduzida pela dupla de atores Titina Medeiros e Caio Padilha, a Cantata Brincante faz uma homenagem à reabertura do TAM com a entrega de uma placa que foi descerrada pela governadora Fátima Bezerra e pelo presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz.

"Com sua história centenária, o teatro Alberto Maranhão é um verdadeiro símbolo da cultura potiguar. É um daqueles elementos que nos diferenciam e, por isso, quero parabenizar o Governo do Estado na pessoa da governadora Fátima Bezerra", ressaltou o presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz.

O evento contou com intervenções circenses dos palhaços Piruá e Gilsinho (Circo Grock) e os malabares da Tropa Trupe, apresentação da Nação Zambêracatu, cordel com os jovens Davi Lima (Bom Jesus) e Clara Bezerra (Carnaúba dos Dantas), teatro com a Cia. Pão Doce (Mossoró), Coral infantil da UFRN e Coral Canto do Povo.

Encerraram a Cantata Brincante as apresentações de Khystal, Sérgio Groove, Dudu Galvão, Sâmela Ramos, Sueldo Soares, Daniela Fernandes e Pedro Mendes, Banda Base, Camerata de Cordas e Quarteto de Trombones do RN.



FOTO: Raiane Miranda/Assecom-RN

Estiveram presentes ao espetáculo a governadora Fátima Bezerra, o presidente da Fundação José Augusto (FJA), Crispiniano Neto; o diretor do TAM, Ronaldo Costa; a secretária estadual de Turismo (Setur), Ana Maria Costa; o secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sedec), Jaime Calado; e o diretor da FIERN, Marcelo Rosado.

Restauração do TAM

Após 6 anos fechado, o Teatro Alberto Maranhão reabre as portas para o público, totalmente restaurado pelo Governo do Estado, num investimento de R\$ 2,5 milhões, viabilizados com empréstimo junto ao Banco Mundial.

Um Patrimônio Histórico do Rio Grande do Norte que tem mais de 100 anos e é considerado um dos mais belos teatros públicos do Brasil.

A programação comemorativa de reabertura segue até o dia 23 de dezembro.

Sesc promove show com artistas potiguaras na programação de reabertura do Teatro Alberto Maranhão

| | |
|--------------------|---|
| Link | https://blogtuliiolemos.com.br/sesc-promove-show-com-artistas-potiguaras-na-programacao-de-reabertura-do-teatro-alberto-maranhao/ |
| Data da publicação | 23/12/2021 |
| Veículo | Blog Tulio Lmoes |
| Classificação | Positivo |

SESC PROMOVE SHOW COM ARTISTAS POTIGUARES NA PROGRAMAÇÃO DE REABERTURA DO TEATRO ALBERTO MARANHÃO

por Tulio Lemos / 23 de dezembro de 2021, 14:39h



Artistas que participaram do show promovido pelo Sesc RN que marcar a reabertura do TAM. Foto: Sesc

Uma noite para ficar na história da cultura do Rio Grande do Norte com o show *Cantata Brincante*, promovido pelo Sesc, instituição do Sistema Fecomércio RN. O evento aconteceu esta semana, no Teatro Alberto Maranhão (TAM), para convidados. Logo na entrada, o público era recepcionado por uma intervenção circense com o palhaço Piruá e os equilibristas Wendel Gabriel e Gilson Filho.

“Estamos felizes e satisfeitos por estarmos juntos na reabertura do TAM, com a Cantata Brincante, tendo o Sesc reforçando sua atuação como apoiador da cultura e dos artistas do Estado”, enfatizou o presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz.

A parceria do Sistema Fecomércio RN como fomentador cultural também foi destaque na fala da governadora do RN, Fátima Bezerra. “Estamos vivendo uma noite de muita alegria com este grande espetáculo realizado na semana de reabertura do teatro, e por contar com a Fecomércio/Sesc como incentivador do talento potiguar”, destacou a governadora.

Para ratificar o compromisso com o fomento cultural, os cerimonialistas Titina Medeiros e Caio Padilha, convidaram o presidente Marcelo Queiroz e a governadora Fátima Bezerra, para descerrar uma placa em homenagem aos longos anos de parceria entre as instituições.

Em nome da classe artística presente no evento, o diretor de teatro potiguar, João Marcelino, pontuou a atuação do Sesc no cenário cultural. “O Sesc está sempre de parabéns por mais esta iniciativa, e que tenham vida longa promovendo mais espetáculos para o povo do Rio Grande do Norte”, destacou o diretor de teatro potiguar, João Marcelino.

A programação continuou com a participação dos jovens cordelistas Davi Lima (Bom Jesus) e Clara Bezerra (Carnaúba dos Dantas), os atores da Cia. Pão Doce (Mossoró), Nação Zambêracatu, a união de vozes do Coral infantil da UFRN e Coral Canto do Povo.

Também subiram ao palco os cantores Khrystal, Sérgio Groove, Dudu Galvão, Sâmela Ramos, Sueldo Soares, Daniela Fernandes, em um revezamento de talentos, com a união das vozes cantando o Hino do Sesc, uma composição de Khrystal, que encerrou a noite.

Cultura no Sesc

O Sesc RN é um grande apoiador da cultura do estado. Entre janeiro e novembro de 2021, projetos como: Aldeia Sesc Seridó, Poti-Cultural, Mostra de Arte e Cultura, Terraço do Relógio, Letra e Música, entre outros, beneficiaram aproximadamente 74 mil pessoas, precisamente 73.616.

Sobre o TAM

O Teatro Alberto Maranhão foi tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Rio Grande do Norte. Inicialmente chamado de Teatro Carlos Gomes, começou sua construção em 1898. Em 1900, quando Alberto Maranhão assumiu o Governo, deu continuidade às obras, inaugurando-o em 24 de março de 1904.

Em 1957, sendo o Teatro da Municipalidade, o Prefeito de Natal, Djalma Maranhão mudou a sua denominação para Teatro Alberto Maranhão.

Fecomércio RN exalta aprovação do novo Plano Diretor de Natal

| | |
|--------------------|---|
| Link | https://www.tribunadenoticias.com.br/2021/12/fecomercio-rn-exalta-aprovacao-do-novo.html?m=1 |
| Data da publicação | 23/12/2021 |
| Veículo | Tribuna de Notícias |
| Classificação | Positivo |

FECOMÉRCIO RN EXALTA APROVAÇÃO DO NOVO PLANO DIRETOR DE NATAL

dezembro 23, 2021



Marcelo Queiróz, presidente da Fecomércio/RN

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio RN) se orgulha de ter participado e contribuído com o amplo, transparente e democrático processo, liderado pela Prefeitura de Natal, que originou o novo Plano Diretor da cidade. Um documento que foi apreciado e aprovado, no mais pleno exercício de democracia e representação dos anseios da população, pela Câmara Municipal.

Segundo o presidente da entidade, Marcelo Queiroz, a nova minuta foi construída de forma participativa e baseada na discussão técnica sobre o melhor para a capital. "É um texto pautado em uma visão contemporânea e focada no desenvolvimento sustentável da cidade. A aprovação dessa minuta irá incentivar melhorias urbanas, criando novas zonas propensas a investimentos dos mais variados, conciliando os interesses sociais, econômicos, a preservação do meio-ambiente e da paisagem. É uma forma de destravar o crescimento da nossa capital e permitir que Natal volte a crescer", afirmou.

Para Queiroz, essa visão é perfeitamente possível a partir de um conjunto de normas urbanísticas, ambientais e de mobilidade urbana que tenham, no seu foco, a preferência pela coletividade e pela modernização das regras de ocupação do solo. “E é isso que a minuta aprovada traz para a cidade”, disse.

Como representante legítima dos segmentos do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, principais pilares da economia do estado e da nossa cidade, a Fecomércio RN participou ativamente do processo de construção da proposta de minuta do novo Plano Diretor.

Há três anos, a entidade vem reunindo especialistas de várias áreas (arquitetos, urbanistas, engenheiros, ambientalistas, advogados, biólogos, entre outros) que debateram amplamente o tema e criaram propostas com foco na modernização das normas. A Federação também promoveu seminários, reuniões técnicas e conteúdo informativos, como vídeos e cartilha, contribuindo com o debate público.

“Ainda estivemos em todas as audiências públicas, oficinas e seminários realizados na Câmara Municipal, apresentando, de forma respeitosa e com embasamento, as propostas para o desenvolvimento da nossa cidade que defendemos desde o início, de forma pública e também em todos os conselhos competentes”, finalizou Queiroz.

Fecomércio RN exalta aprovação do novo Plano Diretor de Natal

| | |
|--------------------|---|
| Link | https://senadinhomacaiba.com.br/fecomercio-rn-exalta-aprovacao-do-novo-plano-diretor-de-natal/ |
| Data da publicação | 23/12/2021 |
| Veículo | Senadinho Macaíba |
| Classificação | Positivo |

Fecomércio RN exalta aprovação do novo Plano Diretor de Natal

📅 23/12/2021 👤 Administrador



Foto: Reprodução

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio RN) se orgulha de ter participado e contribuído com o amplo, transparente e democrático processo, liderado pela Prefeitura de Natal, que originou o novo Plano Diretor da cidade. Um documento que foi apreciado e aprovado, no mais pleno exercício de democracia e representação dos anseios da população, pela Câmara Municipal.

Segundo o presidente da entidade, Marcelo Queiroz, a nova minuta foi construída de forma participativa e baseada na discussão técnica sobre o melhor para a capital. “É um texto pautado em uma visão contemporânea e focada no desenvolvimento sustentável da cidade. A aprovação dessa minuta irá incentivar melhorias urbanas, criando novas zonas propensas a investimentos dos mais variados, conciliando os interesses sociais, econômicos, a preservação do meio-ambiente e da paisagem. É uma forma de destravar o crescimento da nossa capital e permitir que Natal volte a crescer”, afirmou.

Para Queiroz, essa visão é perfeitamente possível a partir de um conjunto de normas urbanísticas, ambientais e de mobilidade urbana que tenham, no seu foco, a preferência pela coletividade e pela modernização das regras de ocupação do solo. “E é isso que a minuta aprovada traz para a cidade”, disse.

Como representante legítima dos segmentos do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, principais pilares da economia do estado e da nossa cidade, a Fecomércio RN participou ativamente do processo de construção da proposta de minuta do novo Plano Diretor.

Há três anos, a entidade vem reunindo especialistas de várias áreas (arquitetos, urbanistas, engenheiros, ambientalistas, advogados, biólogos, entre outros) que debateram amplamente o tema e criaram propostas com foco na modernização das normas. A Federação também promoveu seminários, reuniões técnicas e conteúdo informativos, como vídeos e cartilha, contribuindo com o debate público.

“Ainda estivemos em todas as audiências públicas, oficinas e seminários realizados na Câmara Municipal, apresentando, de forma respeitosa e com embasamento, as propostas para o desenvolvimento da nossa cidade que defendemos desde o início, de forma pública e também em todos os conselhos competentes”, finalizou Queiroz.

Restaurante Navarro apresenta novo cardápio em evento concorrido

| | |
|--------------------|---|
| Link | https://revistadeguste.com/noticia/restaurante-navarro-apresenta-novo-cardapio-em-evento-concorrido/ |
| Data da publicação | 23/12/2021 |
| Veículo | Revista Deguste |
| Classificação | Positivo |

Restaurante Navarro apresenta novo cardápio em evento concorrido

Publicado por Washington Rodrigues em 23 de dezembro de 2021

Compartilhe: [f](#) [t](#) [w](#)



Marcelo Queiroz com a governadora Fátima Bezerra, o prefeito de Natal, Álvaro Dias, o presidente da ABIH-RN, Abdon Gosson, e o empresário José Lucena Neto

O restaurante Navarro, um dos mais bonitos restaurantes da Via Costeira, em Natal, apresentou à imprensa e às autoridades do Estado o seu novo cardápio para o verão 2022.



Marcelo Queiroz, presidente da Fecomércio RN, falando para os convidados no lançamento do novo cardápio do restaurante Navarro

O evento foi muito concorrido, realizado no dia 18 de novembro, e juntou em uma mesma mesa a Governadora Fátima Bezerra, o prefeito Álvaro Dias e o presidente da Federação do Comércio RN, Marcelo Queiroz.



Chef Jonatã Canela enaltece a culinária potiguar, reunindo ingredientes regionais no novo cardápio

O restaurante Navarro faz parte do maior complexo de Educação profissional para gastronomia do Rio Grande do Norte, o Hotel-Escola Senac Barreira Roxa. É lá que é formada a maior parte da mão de obra desse segmento no Estado: garçons, cumins, chefes de cozinha, maîtres, profissionais do vinho, bartender, entre outros profissionais.



Codorna recheada e acompanhada de gnocchi de mandioca



Ostra gratinada e recheada com espinafre

Para coroar o sucesso do evento, a nota da noite foi o fato de que o cardápio apresentado aos convidados ser todo criado por um ex-aluno do Barreira Roxa, o chef de cozinha Jonatã Canela, que vem construindo excelente reputação no mercado da gastronomia.



Bacalhau confitado com mousseline de alho e terrine de berinjela

No novo cardápio, Jonatã enaltece e valoriza a culinária potiguar, reunindo ingredientes regionais, que vão do mar ao sertão. O cardápio é dividido em entradas, saladas, massas, aves, carnes, pescados, reino vegetal e sobremesa. A carta de bebida alcoólica é extensa e contempla cervejas, whisky, vodka, cachaças artesanais, coquetéis e vinhos dos principais países produtores.



Carré de cordeiro servido com salsa verde, cenoura orgânica glaceada, kefir e hortelã

Os convidados foram premiados com um menu de 5 etapas: duas entradas, dois pratos principais e uma sobremesa. Todos os pratos feitos com elementos da culinária potiguar.

De entrada, foram servidos dois pratos: Ostra gratinada e recheada com espinafre, bacon e queijo manteiga, e Carré de cordeiro servido com salsa verde, cenoura orgânica glaceada, kefir e hortelã.



Evento reuniu autoridades, jornalistas e formadores de opinião

Os dois pratos principais foram: Codorna desossada e recheada com ela mesma, acompanhada de gnocchi de mandiquinha e cogumelos franceses; e Bacalhau confitado com mousseline de alho, terrine de berinjela, cenoura orgânica e couve-flor crocante.

A sobremesa foi Mousse de chocolate branco com erva mate, pistache e framboesa.

| | |
|--------------------|------------------|
| Link | Página 4 |
| Data da publicação | 24/12/2021 |
| Veículo | Tribuna do Norte |
| Classificação | Positivo |

»» ENTREVISTA »» **ÁLVARO DIAS**

PREFEITO DE NATAL

'Vamos sancionar o mais breve possível'

« **CIDADE** » Prefeito de Natal destaca que projeto de revisão do Plano Diretor vai ser sancionado tão logo a Câmara envie ao Executivo, porque é preciso "recuperar o tempo perdido"

CLÁUDIO OLIVEIRA
Repórter

O prefeito de Natal, Álvaro Dias, não quer perder tempo para a sanção do novo Plano Diretor de Natal (PDN). Ele afirma que o projeto de revisão do PDN vai ser sancionado tão logo a Câmara Municipal envie à Prefeitura. "Vai ser sancionado depois que a Câmara concluir sua análise e nos enviar. Pretendemos sancionar o mais breve possível porque vai avançar muito em direção ao futuro. Espero que em janeiro isso já aconteça porque estamos muito atrasados. Vamos procurar recuperar esse tempo perdido sancionando o Plano Diretor e colocando em prática o mais rápido possível", afirmou ontem à reportagem da TRIBUNA DO NORTE, após a conclusão da votação do projeto no legislativo municipal.

Ele comemorou a aprovação. "É uma vitória para Natal, para o povo que desejava uma cidade moderna, avançada e evoluída e que agora poderá se tornar, tirando alguns empecilhos e travas que impediam a modernização", destacou. "Agora sim, teremos condições de fazer Natal caminhar em direção ao futuro", acrescentou.

Segue a entrevista do prefeito sobre a aprovação da revisão do PDN.

Como o senhor recebe o Plano Di-



ADRIANO ABREU

retor aprovado pelos vereadores?

É uma vitória para Natal, para o povo que desejava uma cidade moderna, avançada evoluída e que agora poderá se tornar, tirando alguns empecilhos e travas que impediam a modernização. Agora sim, teremos condições de fazer Natal caminhar em direção ao futuro.

Qual avaliação faz da atuação da Câmara Municipal?

Tanto a Prefeitura quanto a Câmara cumpriram seu papel. É o Plano mais moderno, avançado, mais transparente, democrático e debatido da história da cidade. Implantamos um site que

transmitiu todas as reuniões, debates, discussões e votações. Da mesma forma, a Câmara Municipal que se preparou, reuniu, abriu painéis levando secretários para discutir, esmiuçar o projeto e cumpriu seu papel democraticamente.

O que o natalense poderá observar de mudanças nos próximos anos com o novo Plano Diretor?

Natal é uma cidade extremamente castigada pela caducidade do Plano anterior arcaico, antigo, que atrasou o desenvolvimento da cidade. Perdemos cerca de 300 mil habitantes para os municípios vizinhos por cau-

sa das restrições impostas por um Plano Diretor que encarece as construções, impede a verticalização e empata a construção de edifícios nos principais corredores e avenidas da cidade. É algo inadmissível e inaceitável porque é nos corredores das principais avenidas onde estão os empregos, os hospitais, o atendimento à saúde, a escola, o comércio, os empregos. E essas pessoas foram impedidas de se instalar nesses locais por causa do antigo Plano Diretor, das suas entravas, dificuldades e obstáculos que colocava para a construção de prédios nesses locais. Isso agora acabou.

É uma vitória para Natal, para o povo que desejava uma cidade moderna. Agora sim, teremos condições de fazer Natal caminhar em direção ao futuro.

O município está preparado para investir na infraestrutura de áreas que poderão ficar mais adensadas?

O município está preparado para investir. Já estamos, inclusive, fazendo isso, melhorando a infraestrutura da cidade. Temos a escadaria de Mãe Luíza, que embeleza a cidade; a reforma do Beco da Lama e do Espaço Ruy Pereira, assim como faremos na Ribeira, no Passo da Pátria, na Pedra do Rosário, na Avenida Tavares de Lira, na orla urbana que sofrerá grandes intervenções, como em Ponta Negra, onde começamos na Avenida Praia de Ponta Negra. Continuaremos a investir com muito mais condições e Natal vai continuar a evoluir e se modernizar, só que agora com mais velocidade depois da aprovação do Plano.

Quando o senhor vai sancionar a nova lei?

Vai ser sancionado depois que a Câmara concluir sua análise e nos enviar. Pretendemos sancionar o mais breve possível porque vai avançar muito em direção ao futuro. Espero que em janeiro isso já aconteça porque estamos muito atrasados. Vamos procurar recuperar esse tempo perdido sancionando o plano diretor e colocando em prática o mais rápido possível.

Vamos procurar recuperar esse tempo perdido, sancionando o Plano Diretor e colocando em prática o mais rápido possível."



ARQUIVO

Com a aprovação da revisão do novo Plano Diretor, os representantes do setor produtivo avaliam que haverá retomada do crescimento

NÚMERO

150
habitantes por hectare e Natal é a densidade recomendada pela Organização das Nações Unidas.

Mensagem é de que adensar é preciso, diz urbanista

Arquiteta e Urbanista, Sophia Motta, avalia que o projeto do Plano Diretor aprovado pela Câmara coloca Natal alinhada com o que se pensa e se pratica de mais contemporâneo em relação ao urbanismo, colocando o pedestre e o cidadão como prioritários no espaço urbano, além da preocupação com o aspecto ambiental regulamentando as ZPAs que já estavam há 14 anos aguardando essa definição.

"A mensagem geral é de que adensar é preciso. A nova agenda urbana da ONU mostra que as

Setor produtivo prevê mais investimentos

Os representantes do setor produtivo destacam que Natal precisava da aprovação de um novo Plano Diretor para destravar investimentos a partir de um conjunto de normas urbanísticas, ambientais e de mobilidade urbana que tenham, no seu foco, a preferência pela coletividade e pela modernização das regras de ocupação do solo. As entidades que representam as principais atividades econômicas participaram ativamente da construção da nova legislação que a Câmara Municipal aprovou ontem (23) e avaliam que a mudança é fundamental para a cidade atrair investimentos.

Essa atração de investimentos deverá beneficiar a atividade turística, principal motor econômico da cidade. O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio/RN), Marcelo Queiroz, disse que isso se deve à flexibilização para uso da orla da cidade. "O Novo Plano Diretor permitirá que Natal receba novas investimentos e que tanto a população quanto os turistas possam desfrutar de uma melhor estrutura de serviços e que a nossa Capital

desenvolva novos produtos turísticos que fortaleçam ainda mais essa atividade tão importante para a nossa economia", pontuou.

Ele disse que acredita no incentivo às melhorias urbanas, com as novas zonas propensas a investimentos dos mais variados, conciliando os interesses sociais, econômicos, a preservação do meio ambiente e da paisagem. "É uma forma de destravar o crescimento da nossa capital e permitir que Natal volte a crescer. Entendemos que aplicar essa visão é perfeitamente possível a partir de um conjunto de normas urbanísticas, ambientais e de mobilidade urbana que tenham, no seu foco, a preferência pela coletividade e pela modernização das regras de ocupação do solo", destacou Marcelo Queiroz.

Outro impacto positivo deve ser observado na construção civil. O setor era o que mais sofria com as restrições urbanísticas. Segundo o vice-presidente de Mercado Imobiliário do Sindicato da Construção no RN (Sinduscon), Marcus Aguiar, de uma forma geral, o Plano Diretor aprovado pela câmara traz inúmeras evolu-

ções destacando a questão da possibilidade de maior adensamento em algumas regiões da cidade.

"No nosso entendimento poderá trazer de volta moradores para regiões hoje desertas da cidade e que possuem toda infraestrutura, tais como Cidade Alta e Alecrim apenas para citar duas das regiões. Também é importante o fato de que, ao trazer de volta as pessoas para bairros que possuem infraestrutura, e se encontram abandonados atualmente, bairros que se localizam normalmente perto de seus locais de trabalho, também contribuirá para a mobilidade urbana", disse ele.

Ele também aponta a utilização de uso misto em várias regiões da cidade, utilização esta adotada em várias regiões do mundo como uma nova concepção urbanística, que traz segurança e ocupação diuturna de várias regiões das cidades. "Por fim, um possível adensamento dos eixos principais da cidade onde existem transportes públicos também contribuirá para melhoria da mobilidade urbana", avaliou Marcus Aguiar.

O desenvolvimento sustentá-

vel foi a premissa defendida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte (Crea/RN), que também participou da elaboração do projeto. "Acreditamos que as inúmeras discussões puderam transmitir, além dos desejos dos vários setores envolvidos, também a perspectiva do desenvolvimento dado de forma sustentável, integrando infraestrutura, meio ambiente e economia. Sabemos que a revisão do plano associado a engenharia, agronomia e geociências podem e devem ser fatores que farão com que a economia da cidade possa se recuperar dos impactos decorrentes da pandemia que ainda vivemos", frisou o vice-presidente do Crea/RN, Gilbrando Júnior.

"Este plano traz uma busca do aproveitamento da infraestrutura já existente na cidade. Natal precisa crescer e se tornar atraente para novos investidores para termos corredores de desenvolvimento. Natal tem infraestrutura, tem clima e abertura para atrair novos empreendimentos e investimentos", disse o presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte (Fiern), Amaro Sales.

idades precisam ter densidade com, no mínimo, 150 habitantes por hectare e Natal tem 50. A mobilidade vem como critério para definir onde se deve adensar, ou não, com os eixos de mobilidade inspirados na estratégia de Curitiba", disse a arquiteta.

Sophia Motta destaca que a nova legislação traz o pedestre como prioritário, com rotas acessíveis que levam em consideração não só a acessibilidade, entendendo que caminhar é um importante modal de transporte. "São instrumentos urbanos inovadores, como o incentivo para empreendimentos de uso misto, fachada ativa quando se abre para calçada, permeabilidade visual onde se vê para dentro da edificação. Isso contribui para que caminhar seja mais agradável e mais seguro", explicou.

Outra novidade que ela aponta está nas mudanças para a orla com a permissão para habitações em Ponta Negra e a possibilidade de pessoas morando na Via Costeira em imóveis de uso misto. "Isso atrai comércio e serviços, garantindo o acesso à praia, de forma que a Via Costeira esteja viva e possível de ser utilizada pelos natalenses. O Plano também destrava a Redinha quando regulamentada a área turística e possibilita que empreendimentos sejam realizados lá", aponta Sophia Motta.



O Novo Plano Diretor permitirá que Natal receba novas investimentos e que tanto a população quanto os turistas possam desfrutar de uma melhor estrutura de serviços."

MARCELO QUEIROZ
Presidente da Fecomércio

'Vamos sancionar o mais breve possível', afirma Álvaro Dias

| | |
|--------------------|---|
| Link | http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/vamos-sancionar-o-mais-breve-possivel-afirma-a-lvaro-dias/528453 |
| Data da publicação | 24/12/2021 |
| Veículo | Tribuna do Norte |
| Classificação | Positivo |

'Vamos sancionar o mais breve possível', afirma Álvaro Dias

Publicado: 00:00:00 - 24/12/2021

Atualizado: 23:08:48 - 24/12/2021

Cláudio Oliveira

Repórter

O prefeito de Natal, Álvaro Dias, não quer perder tempo para a sanção no novo Plano Diretor de Natal (PDN). Ele afirma que o projeto de revisão do PDN vai ser sancionado tão logo a Câmara Municipal envie à Prefeitura. "Vai ser sancionado depois que a Câmara concluir sua análise e nos enviar. Pretendemos sancionar o mais breve possível porque vai avançar muito em direção ao futuro. Espero que em janeiro isso já aconteça porque estamos muito atrasados. Vamos procurar recuperar esse tempo perdido sancionando o Plano Diretor e colocando em prática o mais rápido possível", afirmou ontem à reportagem da TRIBUNA DO NORTE, após a conclusão da votação do projeto no legislativo municipal.

Adriano Abreu



Ele comemorou a aprovação. “É uma vitória para Natal, para o povo que desejava uma cidade moderna, avançada e evoluída e que agora poderá se tornar, tirando alguns empecilhos e travas que impediam a modernização”, destacou. “Agora sim, teremos condições de fazer Natal caminhar em direção ao futuro”, acrescentou.

Segue a entrevista do prefeito sobre a aprovação da revisão do PDN.

Como o senhor recebe o Plano Diretor aprovado pelos vereadores?

É uma vitória para Natal, para o povo que desejava uma cidade moderna, avançada evoluída e que agora poderá se tornar, tirando alguns empecilhos e travas que impediam a modernização. Agora sim, teremos condições de fazer Natal caminhar em direção ao futuro.

Qual avaliação faz da atuação da Câmara Municipal?

Tanto a Prefeitura quanto a Câmara cumpriram seu papel. É o Plano mais moderno, avançado, mais transparente, democrático e debatido da história da cidade. Implantamos um site que transmitiu todas as reuniões, debates, discussões e votações. Da mesma forma, a Câmara Municipal que se preparou, reuniu, abriu painéis levando secretários para discutir, esmiuçar o projeto e cumpriu seu papel democraticamente.

O que o natalense poderá observar de mudanças nos próximos anos com o novo Plano Diretor?

Natal é uma cidade extremamente castigada pela caducidade do Plano anterior arcaico, antigo, que atrasou o desenvolvimento da cidade. Perdemos cerca de 300 mil habitantes para os municípios vizinhos por causa das restrições impostas por um Plano Diretor que encarece as construções, impede a verticalização e empata a construção de edifícios nos principais corredores e avenidas da cidade. É algo inadmissível e inaceitável porque é nos corredores das principais avenidas onde estão os empregos, os hospitais, o atendimento à saúde, a escola, o comércio, os empregos. E essas pessoas foram impedidas de se instalar nesses locais por causa do antigo Plano Diretor, das suas entravas, dificuldades e obstáculos que colocava para a construção de prédios nesses locais. Isso agora acabou.

O município está preparado para investir na infraestrutura de áreas que poderão ficar mais adensadas?

O município está preparado para investir. Já estamos, inclusive, fazendo isso, melhorando a infraestrutura da cidade. Temos a escadaria de Mãe Luíza, que embeleza a cidade; a reforma do Beco da Lama e do Espaço Ruy Pereira, assim como faremos na Ribeira, no Passo da Pátria, na Pedra do Rosário, na Avenida Tavares de Lira, na orla urbana que sofrerá grandes intervenções, como em Ponta Negra, onde começamos na Avenida Praia de Ponta Negra. Continuaremos a investir com muito mais condições e Natal vai continuar a evoluir e se modernizar, só que agora com mais velocidade depois da aprovação do Plano.

Quando o senhor vai sancionar a nova lei?

Vai ser sancionado depois que a Câmara concluir sua análise e nos enviar. Pretendemos sancionar o mais breve possível porque vai avançar muito em direção ao futuro. Espero que em janeiro isso já aconteça porque estamos muito atrasados. Vamos procurar recuperar esse tempo perdido sancionando o plano diretor e colocando em prática o mais rápido possível.

Setor produtivo prevê mais investimentos

Os representantes do setor produtivo destacam que Natal precisava da aprovação de um novo Plano Diretor para destravar investimentos a partir de um conjunto de normas urbanísticas, ambientais e de mobilidade urbana que tenham, no seu foco, a preferência pela coletividade e pela modernização das regras de ocupação do solo. As entidades que representam as principais atividades econômicas participaram ativamente da construção da nova legislação que a Câmara Municipal aprovou ontem (23) e avaliam que a mudança é fundamental para a cidade atrair investimentos.

Essa atração de investimentos deverá beneficiar a atividade turística, principal motor econômico da cidade. O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio/RN), Marcelo Queiroz, disse que isso se deve à flexibilização para uso da orla da cidade. “O Novo Plano Diretor permitirá que Natal receba novas investimentos e que tanto a população quanto os turistas possam desfrutar de uma melhor estrutura de serviços e que a nossa Capital desenvolva novos produtos turísticos que fortaleçam ainda mais essa atividade tão importante para a nossa economia”, pontuou.

Ele disse que acredita no incentivo às melhorias urbanas, com as novas zonas propensas a investimentos dos mais variados, conciliando os interesses sociais, econômicos, a preservação do meio-ambiente e da paisagem. “É uma forma de destravar o crescimento da nossa capital e permitir que Natal volte a crescer. Entendemos que aplicar essa visão é perfeitamente possível a partir de um conjunto de normas urbanísticas, ambientais e de mobilidade urbana que tenham, no seu foco, a preferência pela coletividade e pela modernização das regras de ocupação do solo”, destacou Marcelo Queiroz.

Outro impacto positivo deve ser observado na construção civil. O setor era o que mais sofria com as restrições urbanísticas. Segundo o vice-presidente de Mercado Imobiliário do Sindicato da Construção no RN (Sinduscon), Marcus Aguiar, de uma forma geral, o Plano Diretor aprovado pela câmara traz inúmeras evoluções destacando a questão da possibilidade de maior adensamento em algumas regiões da cidade.

“No nosso entendimento poderá trazer de volta moradores para regiões hoje desertas da cidade e que possuem toda infraestrutura, tais como Cidade Alta e Alecrim apenas para citar duas das regiões. Também é importante o fato de que, ao trazer de volta as pessoas para bairros que possuem infraestrutura, e se encontram abandonados atualmente, bairros que se localizam normalmente perto de seus locais de trabalho, também contribuirá para a mobilidade urbana”, disse ele.

Ele também aponta a utilização de uso misto em várias regiões da cidade, utilização esta adotada em várias regiões do mundo como uma nova Concepção urbanística, que traz segurança e ocupação diuturna de várias regiões das cidades. “Por fim, um possível adestramento dos eixos principais da cidade onde existem transportes públicos também contribuirá para melhoria da mobilidade urbana”, avaliou Marcus Aguiar.

O desenvolvimento sustentável foi a premissa defendida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte (Crea/RN), que também participou da elaboração do projeto. “Acreditamos que as inúmeras discussões puderam transmitir, além dos desejos dos vários setores envolvidos, também a perspectiva do desenvolvimento dado de forma sustentável, integrando infraestrutura, meio ambiente e economia. Sabemos que a revisão do plano associado a engenharia, agronomia e geociências podem e devem ser fatores que farão com que a economia da cidade possa se recuperar dos impactos decorrentes da pandemia que ainda vivemos”, frisou o vice-presidente do Crea/RN, Gilbrando Júnior.

“Este plano traz uma busca do aproveitamento da infraestrutura já existente na cidade. Natal precisa crescer e se tornar atraente para os investidores para termos corredores de desenvolvimento. Natal tem infraestrutura, tem clima e abertura para atrair novos empreendimentos e investimentos”, disse o presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte (Fiern), Amaro Sales.

| | |
|--------------------|----------------------|
| Link | Página 6 |
| Data da publicação | 24/12/2021 |
| Veículo | Tribuna do Norte |
| Classificação | Notícia de Interesse |

RN abre 3,2 mil vagas de emprego em novembro

« **TRABALHO** » Resultado teve como propulsor o segmento de serviços, com a criação de 1.630 postos formais, segundo novo balanço do Caged

O Rio Grande do Norte fechou o mês de novembro com saldo positivo de 3.234 novos postos de trabalhos criados, segundo dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) divulgados nesta quinta-feira (23) pelo Ministério do Trabalho e Previdência. A abertura líquida total nos últimos 11 meses é de 33.613 postos de trabalho criados em todo o território potiguar.

No mês, segundo o cálculo do Caged, o saldo na abertura de empregos é feito a partir da diferença entre admissões (15.072) e desligamentos (11.837).

Novembro teve o sétimo saldo positivo seguido na geração de empregos do ano, mas, ainda assim, o resultado apresenta tendência de queda. Em outubro, foram 3.524 vagas abertas. Já no mês de setembro, o resultado foi de 6.280.

Segundo Henrique Souza, professor de administração e mercado financeiro, a estabilidade na criação de empregos se explica por um comportamento de cautela da classe empresarial, bem como as incertezas relacionadas com a economia quanto ao ano de 2022.



ALEX REGIS

tabiliza maior abertura de vagas com carteira assinada. Em todo o ano, o setor tem saldo de 14.588 vagas geradas. O resultado mostra que o setor vem se recuperando diante das perdas de 2020. No ano passado, o setor terminou com 4.360 vagas fechadas.

Entre os municípios do Rio Grande do Norte, a capital do Estado, Natal, apresenta o melhor resultado na abertura líquida de empregos, com 12.368 vagas criadas. Em segundo lugar está Mossoró, que soma 5.720. Na outra ponta da tabela, está a cidade de Pedra Grande, no litoral Nordeste potiguar, que somou saldo negativo de 692 postos de trabalho fechados.

Na comparação com as unidades federativas da região Nordeste, o Rio Grande do Norte teve o quinto resultado na criação de empregos de todo o ano. O líder nas estatísticas é o estado da Bahia, com saldo de 137.702 empregos. Por outro lado, o último colocado é Sergipe, que tem saldo de 14.539.

Brasil

A abertura líquida de 324.112 vagas de trabalho com

"Isso decorre principalmente pelas projeções de altas ainda contínuas da inflação e da taxa base de juros (SELIC) que podem ser fortes atuantes na redução da quantidade de postos de trabalho nos seis primeiros meses do ano de 2022", detalha.

Nos 11 meses de 2021, o Rio Grande do Norte registrou 176.937 admissões e outros 143.324 desligamentos, o que representa um saldo de 33.613 vagas. O resultado do ano é puxado pelo setor de serviços, que soma 14.588 vagas abertas. Em seguida, o setor de comércio registra 7.623 postos criados.

A abertura líquida de trabalho com carteira assinada este ano recuperou as perdas de todo o ano de 2020, durante o auge da pandemia, que fechou os 12 meses com saldo negativo de 3.160 postos de trabalho perdidos. Ou seja, com mais demissões contabilizadas que novos contratos.

Novembro teve como principal propulsor o setor de serviços, com a criação de 1.630 postos formais, seguido pelo comércio, que abriu 1.384 vagas. Já a construção civil gerou 403 vagas.

Por outro lado, na agropecuária foram fechadas 382 vagas no mês, sendo o único setor com saldo negativo na geração de empregos.

"O setor de comércio e serviços foram de fato os principais responsáveis por puxarem a índices de melhoria dentro do pe-



Jovens entre 18 e 24 anos lideraram criação de empregos no RN



SITUAÇÃO DA GERAÇÃO DE VAGAS NO RN

Saldos de vagas por mês

| | |
|---------------------|---------------|
| Janeiro: | 1.794 |
| Fevereiro: | 1.543 |
| Março: | 1.216 |
| Abril: | -1.120 |
| Maio: | 1.566 |
| Junho: | 4.628 |
| Julho: | 3.789 |
| Agosto: | 7.062 |
| Setembro: | 6.280 |
| Outubro: | 3.893 |
| Novembro: | 3.234 |
| Saldo total: | 33.613 |

Saldo por setores (2021):

| | |
|----------------------|---------------|
| Serviços: | 14.588 |
| Comércio: | 7.623 |
| Construção: | 5.937 |
| Indústria: | 3.943 |
| Agropecuária: | 1.522 |

Fonte: CAGED/MINISTÉRIO DA ECONOMIA

riodo pesquisado em razão das festividades de final de ano que comumente demandam abertu-

ra de postos de trabalho para atender as necessidades dessa sazonalidade anual", justifica o professor Henrique Souza.

A estabilidade na criação de empregos também se deve às incertezas da economia, reforça o economista Robespierre do Ó. Ele aponta ainda a baixa qualidade do emprego gerado. Os dados do Caged apontam que a maior parte dos empregos criados foi para a faixa etária entre 18 a 24 anos, com 17.932 vagas. Além disso, 74% dos novos empregados tinham o ensino médio, contra apenas 5% com superior completo.

"O que a gente está passando agora é o seguinte: o Brasil está gerando emprego, mas são subempregos. Isso faz com que a economia não tenha uma movimentação. São trabalhadores com baixa escolaridade, com funções de características mais baixas, que acabam não gerando um fator multiplicador em toda a economia. Estão aliadas, ainda, as incertezas econômicas que o país está atravessando", explica o economista.

Em todo o ano, o setor de serviços também é o que mais con-

teira assinada em novembro no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). O resultado do mês melhorou em relação a outubro, quando foram criadas 241.076 vagas, mas é 13% menor na comparação com o mesmo mês do ano passado, quando foram abertas 376.265 vagas formais. Tradicionalmente, há forte abertura de vagas ao longo do mês de novembro por causa das contratações temporárias de final de ano.

A alta do mês foi puxada pelo desempenho do setor de serviços no mês, com a criação de 180.960 postos formais, seguido pelo comércio, que abriu 139.287 vagas.

Já a construção civil gerou 12.485 vagas em novembro, enquanto houve um saldo de 8.177 contratações na indústria geral. Por outro lado, na agropecuária foram fechadas 16.797 vagas no mês.

No penúltimo mês do ano, todas as 27 Unidades da Federação obtiveram resultado positivo no Caged. O melhor desempenho foi novamente registrado em São Paulo, com a abertura de 110.198 postos de trabalho. Já o menor saldo foi o de Roraima, que registrou a criação de 413 vagas em novembro.

O salário médio de admissão nos empregos com carteira assinada passou de R\$ 1.810,54, em outubro, para R\$ 1.778,84 em novembro.

Inflação deve fechar ano em 10,42%

« TAXA » Com a maior taxa para um ano desde 2015 (10,71%), segundo o IBGE, os grupos com as maiores despesas são os de transportes, habitação, artigos de residência e de alimentação

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15 (IPCA-15), que mede a prévia da inflação oficial, fechou 2021 em 10,42%. Essa é a maior taxa para um ano desde 2015 (10,71%). Em 2020, o IPCA-15 havia ficado em 4,23%.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre os grupos de despesas com maiores altas estão os transportes, que fecharam o ano com taxa acumulada de 21,35%. Também

tiveram taxas de inflação relevantes os grupos habitação (14,67%) e artigos de residência (12,18%). O grupo alimentação e bebidas fechou 2021 com alta de preços de 8,68%. O indicador trimestral (IPCA-E) ficou em 3,18% no último trimestre do ano.

Em dezembro deste ano, o IPCA-15 registrou inflação de 0,78%, abaixo de 1,17% do mês anterior e de 1,06% de dezembro de 2020. Dos nove grupos de produ-

tos e serviços pesquisados, sete apresentaram alta em dezembro. Apenas saúde e cuidados pessoais (com queda de preços de 0,73%) e educação (com estabilidade) não registraram aumento no mês.

O maior impacto na prévia da inflação oficial em dezembro também veio dos transportes, que tiveram inflação de 2,31% no período, devido, principalmente, à alta de preços dos combustíveis (3,40%), como gasolina

(3,28%), etanol (4,54%) e óleo diesel (2,22%). Também tiveram alta os preços dos automóveis novos (2,11%) e usados (1,28%) e das passagens aéreas (10,07%).

Habitação teve alta de preços de 0,90%, puxada principalmente pelo aumento do custo da energia elétrica (0,96%). Já alimentação subiu 0,35%, influenciada por produtos como café moído (9,10%), frutas (4,10%), carnes (0,90%) e cebola (19,40%).

| | |
|--------------------|----------------------|
| Link | Página 7 |
| Data da publicação | 24/12/2021 |
| Veículo | Tribuna do Norte |
| Classificação | Notícia de Interesse |

Comércio gerou R\$ 6 bi com ICMS

« RECURSO » Entre janeiro e novembro deste ano, arrecadação de impostos da atividade comercial no Rio Grande do Norte teve alta de 20,3% na comparação com o mesmo período de 2020, aponta levantamento

A arrecadação de impostos da atividade comercial acumulou em novembro um montante de R\$ 6,2 bilhões no Rio Grande do Norte em função do recolhimento do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). O volume é referente ao período entre janeiro e novembro.

Em comparação com o mesmo período de 2020, o setor teve alta de 20,3% na arrecadação, com total de R\$ 5,17 bilhões.

Este ano, os maiores volumes foram registrados nos meses de agosto, outubro e novembro, quando a arrecadação de ICMS

ultrapassou o patamar de R\$ 600 milhões, registrando respectivamente o recolhimento de R\$ 610 milhões, R\$ 600 milhões e R\$ 671 milhões.

Os dados foram elaborados pela Unidade de Gestão Estratégica do Sebrae no Rio Grande do Norte com base em informações do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). A análise mostra a evolução da arrecadação mensal e também um comparativo do período com anos anteriores. E segundo o informativo, este foi o melhor desempenho das empresas que comercializam mercadorias desde

2017, quando começou a série histórica.

E há uma explicação para a alta na arrecadação do ICMS em novembro. De acordo com informações divulgadas pela Secretaria Estadual de Tributação (SET), a quantidade de operações de vendas feitas em novembro chegou a 28,5 milhões de operações e os valores médios das vendas diárias chegaram a R\$ 99,8 milhões.

O comércio varejista foi o setor que teve o maior crescimento no período, com uma alta de 8,2% e vendas diárias de quase R\$ 100 milhões. As empresas

NÚMEROS

R\$ 617 mi

Valor em arrecadação de ICMS pela atividade comercial do Rio Grande do Norte durante o mês de novembro.

28,5 mi

Quantidade de operações de vendas feitas pelo comércio potiguar durante o mês de novembro.

do setor atacadista tiveram um aumento nas vendas de 7,8%, o segundo maior do mês, em comparação com o mês anterior. Isso é referente a vendas da ordem de R\$ 63,7 milhões por dia. No mês passado, a indústria cresceu 5,7%, em função de um faturamento médio diário de R\$ 55 milhões, em relação a outubro.

"Esse aquecimento nas vendas e volume diário de operações se reflete em arrecadação, o que explica esse volume acumulado de R\$ 6,2 bilhões em ICMS", analisa a gerente da Unidade de Gestão Estratégica do Sebrae-RN,

Aline Priscila Dantas.

Considerando que o acumulado nos 11 primeiros meses de 2021 foi de R\$ 4,73 bilhões, houve um crescimento nominal de 24% na arrecadação de ICMS no estado até este ano. Porém, a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), foi maior: 27,2%. Isso significa que o montante arrecadado, na verdade, teve crescimento real entre os últimos cinco anos de apenas 7,1 pontos percentuais.

| | |
|--------------------|----------------------|
| Link | Página B1 |
| Data da publicação | 24/12/2021 |
| Veículo | O Estado de S. Paulo |
| Classificação | Notícia de Interesse |

Incra abre assentamentos para obras de transportes, energia e mineração

— Instrução normativa publicada pelo órgão libera áreas da reforma agrária em todo o País para implantação de projetos de infraestrutura; regra entra em vigor em janeiro

ANDRÉ BORGES
BRASÍLIA

Depois de fechar acordo com a canadense Belo Sun para abrir espaço à exploração de ouro dentro de uma área de assentamento agrário no Pará, o Incra decidiu ampliar esse tipo de parceria para todo o Brasil, e não apenas com projetos de mineração, mas também de transportes e energia.

Com a decisão, assentamentos da reforma agrária implantados em todo o País poderão ser alvo de redução de suas áreas para receberem todo tipo de projeto de infraestrutura. Os detalhes do negócio, que sempre incluirá indenizações ao próprio Incra e à União, foram definidos em uma instrução normativa publicada ontem no *Diário Oficial da União* (DOU).

As regras, que entram em vigor em 3 de janeiro, vêm após o **Estadão** mostrar que o Incra firmou um acordo direto com a mineradora Belo Sun, para reduzir a área de um assentamento no município de Senador José Porfírio, a poucos quilômetros da barragem da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará.

A Belo Sun adquiriu, irregularmente, diversos terrenos de assentados na região, com o propósito de retirá-los da área.

Agora, o Incra firmou um acordo para arrendar essa mesma área à empresa. Em contrapartida, estabeleceu a cobrança de R\$ 1,3 milhão, a compra de uma fazenda pela empresa no Mato Grosso e ainda um percentual a ser definido sobre a receita que a empresa obtiver com o ouro extraído da região. Caminhonetes e equipamentos eletrônicos também foram pedidos no acordo.

Para que um lote da reforma agrária seja vendido por seu morador, a lei impõe uma série de condicionantes, como o fato de o ocupante ter vivido sobre aquela terra pelo prazo mínimo de dez anos e o terreno ter a emissão de seu título definitivo de posse. Ocorre que praticamente nenhum lote do assentamento localizado na Vila Ressaca, em Senador José Porfírio, tem esse documento, que é emitido pelo Incra.

A Defensoria Pública da União questiona o acordo e pede a anulação do contrato entre o órgão da reforma agrária e a mineradora. O Ministério Público Federal também analisa o caso, além do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.

NOVAS REGRAS. Com a instrução normativa 112, publicada ontem, o Incra passa a estabele-



Assentamento na região da Volta Grande do Xingu, no Pará; venda irregular de lotes para mineradora

cer regras sobre a transação com a mineradora e demais empreendimentos que venham a atingir, direta ou indiretamente, as áreas de assentamento.

O texto estabelece que as parcerias poderão ser firmadas em três áreas: o eixo mineração (compreendendo toda mineração, incluindo pesquisa e lavra mineral), o eixo de energia (projetos de geração hidráulica, eólica, fotovoltaica, petróleo, gás natural, incluindo linhas de transmissão e linhas de distribuição); e o eixo de infraestrutura (como obras de portos, aeroportos, ferrovias, rodovias, barragens, telecomunicações e radiodifusão e segurança nacional).

O Incra vai pedir a "justificativa para realização do em-

preendimento ou atividade no interior do projeto de assentamento". Em contrapartida, vai definir as "indenizações pelos danos e prejuízos causados ao PNRA (Programa Nacional de Reforma Agrária) e aos assentados, individual ou coletivamente".

Critério
Pelo texto da
Instrução normativa,
caberá ao Incra definir
valores de indenizações

As regras não dão poder devido aos assentados. O que o texto diz é que, independentemente da realização de audiência pública no curso do processo de licen-

ciamento ambiental – a critério da autoridade competente, ou seja, do Incra –, "a celebração do instrumento será precedida de esclarecimentos gerais aos assentados sobre o empreendimento ou atividade".

A decisão do Incra deverá ser alvo de um pedido de anulação no Congresso. Ao **Estadão**, o deputado Nilto Tatto (PT-SP) disse que vai apresentar um projeto de decreto legislativo para pedir a anulação do ato. O Parlamento entrou em recesso no dia 18 de dezembro e retoma os trabalhos em 2 de fevereiro de 2022. "Também estamos avaliando uma ação contra a norma."

Procurado, o Incra não se manifestou até a conclusão desta edição. ●

Em reação ao governo, auditores da Receita aprovam ‘operação padrão’

| | |
|--------------------|----------------------|
| Link | Página B1 |
| Data da publicação | 24/12/2021 |
| Veículo | O Estado de S. Paulo |
| Classificação | Notícia de Interesse |

Administração pública Impasse

Em reação ao governo, auditores da Receita aprovam ‘operação padrão’

.....
GUILHERME PIMENTA
EDUARDO GAYER
BRASILIA
.....

Audidores da Receita Federal decidiram ontem paralisar parte das suas atividades em todo o País e adotar a chamada “operação padrão” nos aeroportos e demais alfândegas do País. A medida tem como objetivo pressionar o governo federal a

regulamentar o pagamento de um “bônus de eficiência” à categoria, após o Congresso não reservar recursos para a gratificação no Orçamento de 2022. Em vez disso, o presidente Jair Bolsonaro priorizou destinar R\$ 1,7 bilhão para aumento salarial apenas de policiais federais, em um aceno eleitoral no ano em que tentará a reeleição.

As queixas contra a prioridade dada pelo governo ao reajus-

te dos policiais têm sido feitas por outras classes de servidores do Executivo, e até mesmo de funcionários do Judiciário, mas os auditores da Receita foram os únicos a já aprovar uma paralisação. O poder de pressão da categoria é grande, pois um “apagão” na área representa menos arrecadação de impostos pelo governo. De acordo o Painel Estatístico de Pessoal, o salário de auditor fiscal

na Receita pode chegar a R\$ 30.303,62.

O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco) informou que a assembleia contou com 4.287 participantes, a maior desde 2016. A paralisação teve o apoio de mais de 97% dos presentes.

Os auditores decidiram ainda ampliar a entrega de cargos de chefia, conforme já vinha acontecendo desde a terça-feira, após a aprovação do Orçamento pelo Congresso. Até o momento, 635 servidores entregaram cargos de chefia. Como são concursados, isso não representa um pedido de demissão, mas apenas que deixarão de

exercer determinadas funções.

AUMENTO LINEAR. Em live realizada na noite de ontem, Bolsonaro disse que o Executivo poderia utilizar parte do dinheiro destinado ao aumento dos policiais federais para todos os servidores. Segundo o presidente, um reajuste linear resultaria em um aumento de 0,6% nos salários.

O presidente disse que está conversando com a equipe econômica sobre os reajustes. Ele negou que a decisão tenha sido de conceder aumento para categorias específicas no Orçamento, apesar de a peça destinar recursos apenas para policiais federais. ●

Prévia da inflação vai a 10,42% no ano, maior alta desde 2015

| | |
|--------------------|----------------------|
| Link | Página B2 |
| Data da publicação | 24/12/2021 |
| Veículo | O Estado de S. Paulo |
| Classificação | Notícia de Interesse |

Prévia da inflação vai a 10,42% no ano, maior alta desde 2015

Grupo transporte, que inclui combustíveis, teve maior peso no cálculo do IPCA-15 de dezembro, de acordo com o IBGE

A prévia da inflação oficial no País desacelerou de 1,17%, em novembro, para 0,78% em dezembro, mas encerrou o ano ainda no patamar de dois dígitos. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) acumulou uma elevação de 10,42% em 2021, maior taxa para um fechamento de ano desde 2015, informou o IBGE.

“Desacelerou de novembro para dezembro, mas se espalha mais”, afirmou Gustavo Cruz, estrategista da gestora de recursos RB investimentos, lembrando que, tradicionalmente, as empresas aproveitam para fazer repasse de preços em serviços no fim do ano e começo de janeiro. “Então, essa cara da inflação que fecha



gestora de fundos AZ Quest.

No mês de dezembro, houve pressão de novos aumentos dos combustíveis. A gasolina te-

Os aumentos nos custos da energia elétrica e do gás de cozinha também pressionaram o orçamento familiar. A energia

o ano não é tão boa”, acrescentou Cruz.

O chamado índice de difusão do IPCA-15, que mostra a proporção de itens pesquisados com avanços de preços, subiu de 65,7%, em novembro, para 69,2% em dezembro, calculou o economista-chefe da gestora de recursos Greenbay Investimentos, Flávio Serrano.

“A inflação segue pressionada e acende uma luzinha (de alerta) em relação à composição”, avaliou Mirella Hirakawa, economista-sênior da

ve alta de 3,28%, item de maior impacto individual, com uma contribuição de 0,21 ponto porcentual. Houve elevação também no etanol (4,54%) e no óleo diesel (2,22%).

O custo das famílias com Transportes avançou 2,31% em dezembro, o equivalente a praticamente 65% do IPCA-15 registrado no mês. Os preços dos automóveis novos aumentaram 2,11%, enquanto os automóveis usados subiram 1,28%. As passagens aéreas ficaram 10,07% mais caras.

elétrica subiu 0,96% em dezembro. O gás encanado teve uma elevação de 2,58%, enquanto o gás de botijão avançou 0,51%, no 19.º mês consecutivo de aumentos.

Na alimentação fora de casa, houve alta de 1,62% na refeição este mês, mas recuo de 3,47% nos preços do lanche, item que já tinha recuado no IPCA fechado de novembro sob impacto de promoções de grandes cadeias de fast-food por ocasião da Black Friday. ● DANIELA A. MORIM

MARIA REGINA SILVA e GUSTAVO COTRIM

Desoneração da folha fica sem previsão no Orçamento de 2022

| | |
|--------------------|----------------------|
| Link | Página B2 |
| Data da publicação | 24/12/2021 |
| Veículo | O Estado de S. Paulo |
| Classificação | Notícia de Interesse |

Congresso Contas públicas

Desoneração da folha fica sem previsão no Orçamento de 2022

DANIEL WETERMAN
EDUARDO RODRIGUES
BRASÍLIA

O Congresso deixou de incluir a desoneração da folha salarial para 17 setores ao aprovar o Orçamento com uma série de verbas de interesse eleitoral em 2022. Agora, parlamentares e Ministério da Economia tentam encontrar uma solução para manter o benefício.

A prorrogação da desoneração da folha por mais dois anos foi aprovada pelo próprio Congresso no início de dezembro, mas ainda não foi sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro. Ontem, em live em redes sociais, disse que a sanção vai sair, mas não deu datas. A medida perderia a validade no dia 31 de dezembro. Os 17 setores são os que mais empregam no País.

A medida consiste em trocar os tributos sobre os salários dos empregados por uma alíquota sobre o faturamento. O benefício, contudo, precisaria ter sido considerado no Orçamento para incorporar a queda na arrecadação, pois envolve renúncia de parte dos impostos, e efetivar os gastos necessários para compensar. A inclusão garantiria que a lei fosse cumprida sem desequilibrar as contas públicas.

'PEDIDO FORMAL'. O relator-geral do Orçamento, deputado Hugo Leal (PSD-RJ), afir-

mou que a decisão de não incluir o benefício ocorreu porque o Ministério da Economia não encaminhou um pedido formal ao Congresso. "Como não veio comunicação oficial do Ministério da Economia para inserção desta desoneração, entendemos que esta reserva já havia sido feita pelo próprio Ministério", disse o deputado.

Um membro da equipe econômica admitiu ao *Estado/Broadcast* que a pasta enviou a previsão de impacto à Comissão Mista de Orçamento apenas "informalmente", pois

Prorrogação
O projeto aprovado no Congresso mantém a desoneração da folha por mais dois anos

o próprio Legislativo havia acabado de aprovar a prorrogação da desoneração até dezembro de 2023. Por isso, no entendimento da pasta, caberia aos parlamentares fazerem esse ajuste no Orçamento de 2022.

O relator do projeto da desoneração na Câmara, deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), disse ter conversado com o relator do Orçamento e com o ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira, e que há uma solução para o impasse com a sanção do benefício até o dia 7 de janeiro, e envio de uma alteração no Orçamento para incorporar o efeito. ●

| | |
|--------------------|----------------------|
| Link | Página A10 |
| Data da publicação | 24/12/2021 |
| Veículo | Folha de S. Paulo |
| Classificação | Notícia de Interesse |

Elite dos servidores reage a aumento para policiais e ameaça decretar greve

Bolsonaro diz que todos merecem, mas que depende de 'oportunidade'; auditores farão operação padrão

Fábio Pupo, Renato Machado e Marcelo Rocha

BRASÍLIA Servidores federais insatisfeitos com a previsão de reajuste salarial apenas para policiais em 2022 ameaçam deflagrar uma greve tão grande quanto as promovidas em 2012 durante o governo Dilma Rousseff (PT).

Rudinei Marques, presidente do Fonacate (Fórum Nacional das Carreiras de Estado), disse nesta quinta-feira (23) que muitas categorias já se preparavam para mobilizações a partir de janeiro por aumento.

Segundo ele, o movimento estava tímido, porém agora o governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) motivou uma reação mais enérgica.

"Bolsonaro pode recidivar a maior greve do serviço público, ocorrida em 2012, no governo Dilma, por cometer os mesmos erros. Visão fragmentária do Orçamento público e falta de diálogo", disse Marques.

O Fonacate representa carreiras típicas de Estado, a elite do funcionalismo. São servidores de áreas como a tributária, de arrecadação, de finanças, de segurança pública, de diplomacia, de política monetária e do Ministério Público.

As queixas contra a reserva de R\$ 17 bilhão no Orçamento, aprovado na terça-feira (21), para beneficiar policiais têm se espalhado pelo Executivo e chegou até ao Judiciário — magistrados também querem aumento salarial.

O movimento começou com a entrega de cargos de chefia na

Receita Federal. Reclamações foram feitas também por servidores do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), peritos médicos, auditores agropecuários, entre outros.

Procurado, o Ministério da Economia não quis comentar. Bolsonaro (PL) negou nesta quinta ter especificado a quem será contemplado com reajuste e disse que todos merecem aumento, mas defendeu a atuação das polícias.

"Já digo, não tem nada definido", ressaltou, em live. "Mas está aqui, Polícia Rodoviária Federal. Tem batido recorde de apreensão de drogas. Também a polícia penal nossa tem um trabalho enorme, e tem seu salário que está lá embaixo".

Ele manifestou intenção de dar aumento para todos e disse estar conversando com a equipe econômica. "Dá para fazer. Sabemos das dificuldades, inflação está alta, 12%. Mas a gente vê o que pode fazer, dentro da responsabilidade".

"Todos merecem", continuou. "Se agente for dar um [aumento] linear para todo mundo, vai dar 2,6% de reajuste para todo mundo, desses R\$ 2 bilhões. Agora, se houver oportunidade, [a gente] conversa sobre isso. A gente não quer cometer excessos, injustiça".

Segundo Marques, o reajuste para apenas algumas categorias pode ser o estopim para uma insatisfação acumulada com o governo também por outros motivos. O principal deles, disse, é interferência política em diferentes órgãos. Ele citou como exemplo in-

gerência na Polícia Federal, no Ibama e no ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade).

Marques disse que uma mobilização irá demandar esforço extra neste momento em que há servidores ainda em teletrabalho e pelas próprias dificuldades dadas pela pandemia, mas afirmou que o incômodo é grande, principalmente pelo privilégio dado a algumas categorias.

"O governo está atravessado na garganta há muito tempo. Deixar os outros sem nada está incomodando e gerando indignação como eu não via havia muito tempo", afirmou.

As declarações se somam ao movimento iniciado na Receita, até agora tem o mais expressivo. Em assembleia, os servidores aprovaram indicativo de paralisação de atividades, operação padrão na aduana, meta zero (quando atividades não são completadas) e deixar de fazer o preenchimento de relatórios gerenciais.

Além disso, o Sindifisco (sindicato dos auditores) já registra mais de 600 entregas de cargo de chefia. Outros 44 servidores entregaram os cargos de conselheiros do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, responsável por julgar disputas tributárias entre a União e contribuintes).

O órgão é uma espécie de tribunal da Receita. Com isso, a situação pode inviabilizar julgamentos a partir de janeiro, quando começam a ser decididos os recursos mais relevantes em questões tributárias. Também houve 17 exonera-

A Receita em números



“Já digo, não tem nada [sobre reajuste] definido. Mas está aqui, Polícia Rodoviária Federal. Tem batido recorde de apreensão de drogas. Também a polícia penal nossa tem um trabalho enorme, e tem seu salário que está lá embaixo”

Jair Bolsonaro
Presidente da República

ções na Copei (Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação da Receita), órgão de combate à sonegação, lavagem de dinheiro e crimes financeiros.

Os servidores da Receita brigam contra o corte de custos no Fisco e a favor da regulamentação do chamado bônus de eficiência, que já é pago — mas com um valor fixo, independentemente da produtividade. “O corte orçamentário na Receita será usado para custear aumento dos policiais”, afirmou Kleber Cabral, presidente do Sindifisco.

A cúpula da Receita Federal já teve conversas com representantes dos servidores para tentar acalmar a situação.

Foi dito que, tecnicamente, o montante previsto no Orçamento para reajustes não está carimbado para policiais e que ainda há chance de os servidores do Fisco ficarem com parte dos recursos (eles demandam R\$ 400 milhões). Porém, os servidores ainda estão céticos.

A Anpprev (Associação Nacional dos Procuradores e Advogados Públicos Federais) afirmou que a concessão de reajustes apenas para servidores da segurança pública é injusta e negligência mais de um milhão de servidores sem aumento.

“Como resultado dessa política salarial errática, será estabelecida uma assimetria injustificável”, disse Thelma Goulart, presidente da Anpprev.

Ela criticou a reserva de R\$ 16,5 bilhões para emendas de relator, usadas em negociações políticas, e o fundo para campanha eleitoral (R\$ 4,9 bilhões).

“Não falta dinheiro para reajustar as remunerações, só não há vontade por parte da equipe econômica do governo em fazê-lo”, disse Goulart.

O presidente do Unacon Sindical (que representa servidores da carreira de finanças e controle da Secretaria do Tesouro Nacional e da Controladoria-Geral da União), Bráulio Cerqueira, disse que o repúdio aumenta ao saber “que o arrocho não se trata de escolha técnica, mas arbitrária e injustificável”.

Segundo ele, o movimento pode evoluir para uma paralisação. “Não há razão técnica para proteger apenas as remunerações de militares e dos colegas da segurança”.

Outras categorias ainda neste final de ano realizam assembleias para discutir eventual paralisação. A Anffa Sindical (dos auditores fiscais federais agropecuários) lembrou que a categoria teve papel durante a pandemia e por isso se sente desprestigiada por não ter sido beneficiada.

Durante o ápice da pandemia de Covid-19, os auditores garantiram a circulação de produtos agropecuários inspecionados e mais seguros para o consumo da população brasileira e para o mundo, evitando riscos de desabastecimento”, afirmou.

Juízes já se manifestaram sobre o aumento só para policiais. A Associação dos Magistrados Brasileiros divulgou uma nota na qual afirmou que medidas são estudadas e ainda cobrou providências do chefe do Judiciário, ministro Luiz Fux, que presidente o STF (Supremo Tribunal Federal).

“Esperamos uma efetiva atuação do chefe e dos órgãos de referência do Poder Judiciário, a quem cabe zelar pelo correto cumprimento das leis e do texto constitucional”, afirmou Renata Gil, presidente da entidade. Segundo ela, “é preciso valorizar o trabalho de todas e de todos que se dedicam às carreiras públicas”.

| | |
|--------------------|----------------------|
| Link | Página A10 |
| Data da publicação | 24/12/2021 |
| Veículo | Folha de S. Paulo |
| Classificação | Notícia de Interesse |

Juizes brigam por gratificações, e Justiça do Trabalho diz que não pagará nenhum centavo

William Gastanho

BRASÍLIA Magistrados e a cúpula da Justiça do Trabalho travam uma batalha em tor de um bônus. Juizes que-rem receber benefícios atrasados. O CSJT (Conselho Superior da Justiça do Trabalho), porém, nega o pagamento.

O caso está no CNJ (Conselho Nacional de Justiça). A Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho) e a Amatra-15 (Associação dos Magistrados do TRT-15 de Campinas) questionam a decisão.

A recusa da quitação é da ministra Maria Cristina Peduzzi, presidente do CSJT e do TST (Tribunal Superior do Trabalho). Ela afirmou que não pagará "nenhum centavo de real de recursos públicos" se houver dívidas sobre dívidas.

Segundo o CSJT, a Anamatra pede a quitação de R\$ 10,5 milhões neste ano de benefícios atrasados, de anos anteriores. O órgão disse que já pagou R\$ 11,5 milhões em passivos administrativos.

O impasse está nas chamadas GECJs (gratificações por exercício cumulativo de jurisdição). O benefício foi instituído por lei federal em 2015.

Pelas regras, têm direito ao extra de um terço sobre o salário magistrados que trabalham em duas varas ou recebem volume excessivo de novos processos, por exemplo.

O pagamento fica limitado ao teto constitucional, de R\$ 39,3 mil — o salário de um ministro do STF (Supremo Tribunal Federal). Um juiz ganha R\$ 33,7 mil por mês e um desembargador, R\$ 35,5 mil.

A lei para o pagamento da GECJ, porém, é regulamentada pelos próprios conselhos de Justiça. O CSJT previa regras mais rígidas.

Por resolução, não recebem o benefício juizes do trabalho com sentenças em atraso nem entram na soma de processos novos as chamadas cartas precatórias — quando um magistrado de uma determinada vara colhe um depoimento de testemunha por pedido de um colega de uma outra região.

Essas restrições foram derrubadas pelo CNJ em 4 de fevereiro de 2020. Com a decisão, de âmbito administrativo, juizes com sentenças atrasadas e responsáveis por cartas precatórias ganharam o direito ao bônus.

No dia 2 de dezembro deste ano, Peduzzi, em despacho, rejeitou a quitação de qualquer passivo anterior à decisão do CNJ. É contra esta decisão que se voltam as duas entidades.

Caberá ao ministro do Supremo Tribunal Federal Luiz Fux, que preside o CNJ, manifestar-se sobre a quitação na reclamação ajuizada pela Anamatra. Já o questionamento da Amatra-15 foi feito no próprio processo julgado em 2020, sob relatoria de Richard Pae Kim.

Questionada, a Anamatra disse que aguarda a decisão. Sérgio Polastro Ribeiro, presidente da Amatra-15, afirmou, em nota, que a entidade pede a execução integral do orçamento de cada órgão.

No documento do início deste mês, Peduzzi afirmou que a Justiça do Trabalho tem disponíveis R\$ 210,9 milhões. Há um total de R\$ 120,1 milhões que serão destinados a pagamentos de passivos. Para as entidades, há dinheiro.

A Anamatra recorreu ao CNJ no dia 6, com reclamação assinada pelo advogado Emílio Alves Aguiar. Ele pediu uma liminar (decisão provisória) pa-

Juizes pedem pagamento de bônus atrasados, mas conselho do ramo trabalhista do Judiciário se recusa a quitar passivos suspeitos

Dívidas da JT
Em R\$ milhões



Salários
Em R\$ mil



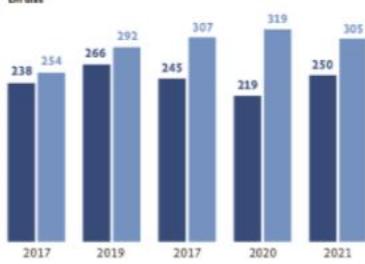
1/3

do salário, limitado ao teto do STF, pode ser pago por meio das chamadas GECJs (gratificações por exercício cumulativo de jurisdição). Pelas regras, têm direito ao extra magistrados que trabalhem em duas varas ou recebam volume excessivo de novos processos, por exemplo.

Gratificação

Instituída em lei de 2015, a GECJ é regulamentada pelos conselhos das Justiça. A Justiça do Trabalho tinha regras mais duras, que foram derrubadas pelo CNJ, como não pagamento para juizes com sentenças atrasadas e que atuam em cartas precatórias, quando um magistrado de uma determinada vara colhe um depoimento de testemunha por pedido de um colega de uma outra região.

Tempo de tramitação na Justiça Trabalhista
Em dias



Fontes: CSJT (Conselho Superior da Justiça do Trabalho) e TST (Tribunal Superior do Trabalho)

ra forçar o pagamento.

Segundo Aguiar, "não compete ao CSJT, de forma exorbitante, modular os efeitos da decisão plenária do CNJ, quando este próprio não o fez".

Fux deu 15 dias para Peduzzi responder. No dia 14, a ministra então afirmou ao presidente do CNJ que segue regras constitucionais.

"A restrição estabelecida quanto ao pagamento da 'GECJ' foi pautada no respeito ao princípio da legalidade administrativa (art. 37 da CF [Constituição Federal]), segundo o qual somente é dado ao administrador público praticar aquilo que a lei autoriza", escreveu Peduzzi.

De acordo com ela, a decisão do CNJ não determinou o pagamento retroativo. Além disso, afirmou, não há previsão do pagamento dessa despesa no orçamento.

"A presidência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho [...] não promoverá o pagamento de nenhum centavo de real de recursos públicos que não sejam, indubitavelmente, devidos", disse Peduzzi.

"Assim, não caberia o pagamento pela via administrativa, mas apenas e tão somente, se for o caso, pela via judicial", afirmou. Dessa forma, se a entidade quiser receber retroativos, ela deve ingressar com ação judicial, esperar o andamento do processo e receber, em caso de vitória, por meio de precatórios.

No dia 17, a Amatra-15 questionou a decisão de Peduzzi. Ao conselheiro Kim os advogados Fernando Fabiani Capano e Cristiano Sofia Molica afirmaram que, "a demonstrar costume usucioneiro", Peduzzi "afastou — sem justificativa motivada e fundamentada — o regular pagamento de tais verbas".

Kim deu prazo de manifestação até as 18h de terça-feira (21). Ao conselheiro Peduzzi respondeu que o processo "já deveria ter sido extinto por perda de objeto". A

ministra disse se pautar "pe-lo mais elevado cuidado e rigor no tratamento dos recursos públicos e respeito às normas de gestão fiscal".

Em nota, o CSJT afirmou à Folha que todos os passivos que poderiam ser pagos administrativamente estão sendo quitados neste ano.

De acordo com o órgão, a decisão do CNJ, de 2020, não estabeleceu, contudo, comando quanto à retroatividade dos seus efeitos. "Assim, considerando a lógica da legalidade estrita, não é dado ao administrador público promover interpretação extensiva que levaria à execução de despesas públicas".

Também em nota, Ribeiro, da Amatra-15, afirmou que as dívidas são "definitivas e consolidadas". Segundo ele, se não pagas, irão gerar encargos ao Tesouro.

"Esta entidade associativa não pretende a criação de novos benefícios ou a concessão de novas verbas", disse Ribeiro. "Importante frisar que postergar o pagamento de parcelas vencidas e reconhecidas, seja em lei, resolução ou decisões plenárias do CNJ, em vista dos encargos que se avolumam, em nada contribui para a saúde fiscal do país".

Desde 2018, as GECJs estão na mira do TCU (Tribunal de Contas da União). Segundo auditoria da corte, o benefício tem sido pago mesmo sem eles terem feito nenhum esforço a mais para merecê-lo.

O relatório calculou potenciais prejuízos aos cofres da União em R\$ 82,9 milhões por ano, ou R\$ 334,5 milhões até 2021. O MP/TCU (Ministério Público junto ao TCU) concordou com o relatório.

Os órgãos do Judiciário ligados à União disseram, na ocasião, pagar somente por excelente de trabalho. O caso seria julgado em 28 de abril, mas foi retirado de pauta e segue em aberto. Já no CNJ, Kim e Fux ainda não decidiram sobre os pedidos das entidades.

| | |
|--------------------|----------------------|
| Link | Página A11 |
| Data da publicação | 24/12/2021 |
| Veículo | Folha de S. Paulo |
| Classificação | Notícia de Interesse |

Brasil abre 324 mil vagas formais em novembro, 13% menos do que há um ano

BRASÍLIA O país registrou a criação de 324,1 mil postos de trabalho com carteira assinada em novembro, apontam dados divulgados nesta quinta-feira (23) pelo Ministério do Trabalho e Previdência. O saldo é 13% menor do que o registrado um ano atrás.

O resultado decorre da diferença entre 1,7 milhão de contratações e 1,4 milhão de desligamentos, de acordo com o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).

A criação de vagas foi puxada pelo setor de serviços, que gerou 180,9 mil vagas após a reabertura das atividades e em meio ao avanço da vacinação. O setor tem sido a locomotiva da geração de empregos no país pós-pico da pandemia.

A indústria (veja quadro) tem mostrado desaceleração. A partir de abril, as fábricas começaram a contratar de maneira crescente para atender a demanda por bens, mas depois começaram a registrar problemas como custos de energia e problemas de fornecimento. Além disso, a proximidade do fim do ano gera resultados piores devido à dispensa de temporários.

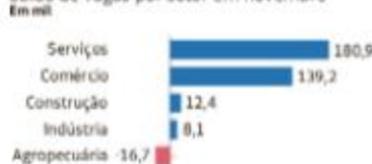
O saldo de novembro é inferior ao de um ano atrás, quando o país sofria de forma mais intensa os efeitos da pandemia. Segundo o Ministério do Trabalho e Previdência, a variação é observada principalmente pelos efeitos do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (por meio do qual empresas podiam cortar temporariamente salário e jornada ou suspender contratos de trabalho e que fornecia um benefício emergencial pago pelo Tesouro ao funcionário afetado).

O programa, considerado fundamental entre especialistas para limitar as demissões na pandemia, foi encerrado. Com isso, a interpretação da pasta é que os números passaram a obedecer a dinâmica natural da economia — com resultados mais modestos. Apesar disso, o ministério des-

Saldo de emprego formal em novembro



Saldo de vagas por setor em novembro



Saldo de emprego em 2021, por mês



*Considera apenas com dados entregues pelas empresas fora do prazo até novembro de 2021. Fonte: Caged.

taca que o número de admissões ainda tem sido maior do que no ano passado (116,5 mil contratações a mais).

As cinco regiões brasileiras apresentaram saldo positivo. O Sudeste lidera a lista (com 178,4 mil postos criados), seguido por Nordeste (58,1 mil), Sul (54 mil), Centro-Oeste (17 mil postos) e Norte (15,9 mil).

Considerando todo o ano de 2021, há recuperação expressiva frente ao ano passado. Foi registrado saldo de 2,9 milhões de empregos, decorrente de 19,1 milhões de admissões e de 16,1 milhões de desligamentos (com ajustes

até novembro de 2021).

O valor é mais de 20 vezes o registrado em 2020, quando o país sofreu de forma mais intensa os efeitos da pandemia.

O presidente Jair Bolsonaro (PL) comemorou os números. "Quem cria emprego é a iniciativa privada", escreveu.

Ele destacou a Lei de Liberdade Econômica, revogações de decretos e portarias, simplificação de normas regulamentadoras, o Pronampe (programa de crédito para empresas) e o próprio BfM.

"Desde de janeiro de 2019, quando assumimos, o saldo de empregos ultrapassa 3 milhões", disse. Segundo ele, os números são registrados enquanto o país ainda vive "as consequências do 'fica em casa que a economia a gente vê depois'".

Bruno Dalcolmo, secretário-executivo do Ministério do Trabalho e Emprego, afirmou que ainda espera números positivos no Caged no ano que vem, mas sinalizou que os dados devem vir menos fortes devido ao ritmo da economia.

Segundo ele, após os efeitos da pandemia e com o encerramento dos programas emergenciais, é natural que os saldos do Caged sejam mais módicos diante de uma expansão mais modesta da atividade.

Enquanto isso, o salário de admissão continua em queda. Em novembro, os novos contratados no país ganhavam em média R\$ 1.778,84 — uma retração real de 4% em relação a um ano atrás.

Os dados do Caged têm passado por mudanças significativas entre a divulgação dos números e posteriores ajustes.

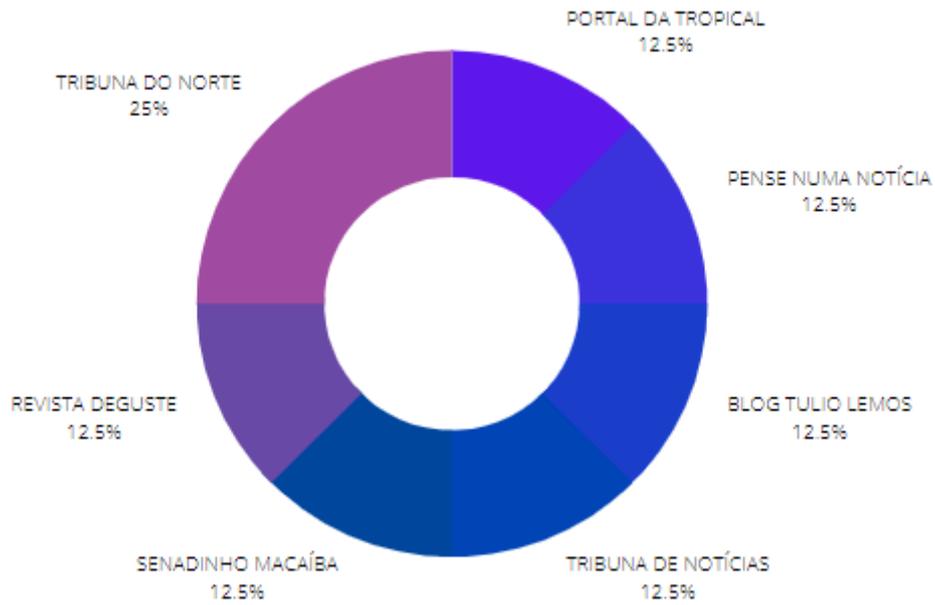
A diferença fez o ano de 2020, que registrava inicialmente a criação de 142,6 mil vagas, passar a apresentar um fechamento de 191,5 mil vagas. O efeito também é observado em 2021.

Levantamento da Folha mostrou que, de janeiro a outubro, o resultado atualizado do Caged aponta para menos 166 mil postos criados do que o anteriormente registrado.

+ **IPCA-15 FICA EM 10,42% O (IPCA-15), prévia da inflação oficial, subiu 0,78% em dezembro e encerrou 2021 com alta de 10,42%, a maior taxa em seis anos, informou o IBGE. O resultado veio em linha com o esperado por analistas**

GRÁFICOS

FONTES



CLASSIFICAÇÃO

